

**PREFEITURA MUNICIPAL DE QUATRO PONTES**  
**ESTADO DO PARANÁ**

LEI Nº 135/95

DATA: 18 DE OUTUBRO DE 1995.

**SUMULA:** Cria o Conselho Municipal de Assistência Social, a conferência Municipal de Assistência Social, o Fundo Municipal de Assistência Social e dá outras providências.

A Câmara Municipal de Quatro Pontes, Estado do Paraná, aprovou e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte Lei:

**CAPITULO I**

**DAS DEFINIÇÕES E OBJETIVOS**

**Artigo 1º** - A assistência social, direito do cidadão e dever do Estado, é Política de Seguridade Social não-contributiva, que prevê os mínimos sociais, realizada através de um conjunto integrado de ações de iniciativa pública e da sociedade, para garantir o atendimento às necessidades básicas da população.

**Artigo 2º** - Para efeitos desta Lei considera-se instituição de assistência social.

- a) Organização de usuário aquela que congrega, representa e defende os interesses dos segmentos previstos na LOAS, sendo usuário da assistência social a criança, o adolescente, o idoso, a família e a pessoa portadora de deficiência.
  - b) Entidade prestadora de serviço e organização de assistência social que presta, sem fins lucrativos, atendimento, assistência específicas ou assessoramento aos beneficiários abrangidos por lei.
  - c) Trabalhador no setor compreendido pelo grupo de trabalhadores, ao nível primário, secundário ou universitário, que esteja constituído legalmente em associações, conselhos de classes ou sindicatos e que atuem diretamente em entidades de atendimento ou de defesa dos direitos dos usuários de assistência social.
- As instituições mencionadas no "caput" deste artigo, deverão ter por atividade principal uma ou mais das seguintes ações:

- I - a proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice;
- II - o amparo às crianças e adolescentes em situação de risco pessoal ou social;
- III - a promoção da integração ao mercado de trabalho;
- IV - a habilitação e reabilitação das pessoas portadoras de deficiência e a promoção de sua integração à vida comunitária;
- V - a promoção de projetos de enfrentamento da pobreza para atender as contingências sociais e a universalização dos direitos sociais;

**Artigo 39** - As instituições de assistência social, é facultado o reconhecimento de caráter de utilidade pública, através de processo legislativo próprio, conforme o disposto na Legislação Municipal.

## **CAPITULO II**

### **DA CONFERENCIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL**

**Artigo 40** - Fica instituída a Conferência Municipal de Assistência Social, órgão colegiado de caráter deliberativo, composta por delegados representantes das instituições assistenciais, das organizações comunitárias, sindicais e profissionais do Município e do Poder Executivo do Município de Quatro Pontes, que se reunirá a cada dois anos, sob a coordenação do Conselho Municipal de Assistência Social, mediante regimento interno próprio.

**Artigo 50** - A conferência Municipal de Assistência Social será convocada pelo Conselho de Assistência Social, no período de até 30 (trinta dias) anteriores à data, para eleição do Conselho.

**Parágrafo 1º** - Em caso de não-convocação, por parte do Conselho Municipal de Assistência, no prazo referido no caput deste artigo, a iniciativa poderá ser realizada por 1/5 das instituições registradas no Conselho Municipal de Assistência Social, que formarão comissão paritária para a organização e coordenação da Conferência.

**Parágrafo 2º** - A convocação da Conferência será amplamente divulgada nos principais meios de comunicação do Município.

**Artigo 69** - Os delegados da Conferência Municipal de Assistência Social serão eleitos, mediante reuniões próprias das instituições, convocadas para este fim específico, sob a orientação do Conselho Municipal de Assistência Social, no período de 60 (sessenta) dias anteriores à data da Conferência, sendo garantida a participação de 01 (um) representante/delegado de cada instituição/organização, com direito a voz e voto.

**Parágrafo único** - Somente serão aceitas as indicações do representante/delegado, quando credenciado junto ao COMAS, no prazo de até 05 (cinco) dias anteriores à realização da Conferência mediante expediente expresso e protocolado no referido conselho.

**Artigo 70** - Os representantes do Poder Executivo na Conferência serão indicados pelo Prefeito Municipal, mediante ofício enviado ao Conselho Municipal de Assistência Social, no prazo de até 05 (cinco) dias anteriores à realização da Conferência.

**Artigo 80** - Compete à conferência Municipal de Assistência Social:

- a) avaliar a situação da assistência social no Município;
- b) fixar as diretrizes gerais da política municipal de assistência social no biênio subsequente ao de sua realização;
- c) eleger os representantes efetivos e suplentes da sociedade civil no Conselho Municipal de Assistência social;
- d) avaliar e reformular as decisões administrativas do Conselho Municipal de Assistência Social, quando convocada para tal.
- e) aprovar seu Regimento Interno;
- f) aprovar e publicar as suas resoluções, registradas em documento final.

**Artigo 90** - O Regimento Interno da Conferência Municipal de Assistência Social disporá sobre a forma do processo eleitoral dos representantes da Sociedade Civil no Conselho Municipal de Assistência Social.

### **CAPITULO III**

#### **DO CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL**

##### **SEÇÃO I**

##### **DA CONSTITUIÇÃO E COMPOSIÇÃO**

**Artigo 10** - Fica instituído o Conselho Municipal de Assistência Social, órgão colegiado de caráter deliberativo permanente e de composição paritária, vinculado à estrutura do órgão da Administração Pública Municipal, responsável pela Coordenação da Política Municipal de Assistência Social.

**Artigo 11** - O Conselho Municipal de Assistência Social será composto por 8 (oito) membros e respectivos suplentes, nomeados pelo Prefeito Municipal, com mandato de 02 (dois) anos, permitida uma recondução, sendo:

I - 4 (Quatro) representantes da sociedade civil, escolhidos na Conferência Municipal de Assistência Social.

II - 4 (Quatro) representantes do Poder Executivo local.

**Parágrafo Único** - O titular do Órgão Público Municipal, responsável pela coordenação da Política Municipal de Assistência Social, na qualidade de representante do Executivo Municipal, é membro nato do Conselho Municipal de Assistência Social.

**Artigo 12** - Para a nomeação dos membros do Conselho Municipal de Assistência Social, o Prefeito Municipal observará os seguintes procedimentos:

I - Os 4 (Quatro) representantes da sociedade civil e respectivos suplentes indicados por ocasião das Conferências Municipais de Assistência Social, dentre os delegados participantes;

II - Os representantes do Poder Executivo serão escolhidos pelo Prefeito Municipal, dentre os titulares ou servidores das Secretarias Municipais ou da Sociedade Civil, respeitadas as disposições contidas no Parágrafo Único, do artigo 11 desta Lei.

## SEÇÃO II

### DA COMPETENCIA

**Artigo 13** - Compete ao Conselho Municipal de Assistência Social:

I - Estabelecer as prioridades da política Municipal de assistência social e aprovar o Plano Municipal Anual de Assistência Social, de acordo com as diretrizes gerais aprovadas na Conferência Municipal de Assistência Social;

- II - Atuar na formulação de estratégias e controle da execução da política de Assistência Social do Município;
- III - Inscrever e fiscalizar as instituições de assistência social atuantes no Município.
- IV - Normatizar as ações e regular a prestação de serviços de natureza pública e privada no campo da assistência social;
- V - Acompanhar, avaliar e fiscalizar os serviços de assistência prestados à população pelos órgãos, entidades governamentais e não-governamentais do Município;
- VI - Definir critérios de qualidade para o funcionamento dos serviços de assistência social públicos e privados no âmbito Municipal;
- VII - Apreciar e emitir parecer acerca da proposta orçamentária da assistência social a ser encaminhada pelo órgão da Administração Pública Municipal responsável pela coordenação da Política Municipal de Assistência Social;
- VIII - Propor, aprovar e acompanhar a execução orçamentária e financeira anual dos recursos vinculados ao Fundo Municipal de Assistência Social;
- IX - Convocar e coordenar, a cada dois anos, ou, extraordinariamente, por maioria absoluta de seus membros, a Conferência Municipal de Assistência Social;
- X - Propor a formulação de estudos e pesquisas com vistas a identificar situações relevantes e a qualidade dos serviços da assistência social;
- XI - Propor critérios para a celebração de contratos ou convênios entre o setor público e as instituições assistenciais privadas que prestem serviços de assistência social no âmbito Municipal;
- XII - Acompanhar e avaliar a gestão dos recursos destinados a programas de assistência social, bem como os ganhos sociais e o desempenho dos programas e projetos aprovados;
- XIII - Acompanhar as condições de acesso da população usuária da assistência social, indicando as medidas pertinentes à correção de exclusões constatadas;
- XIV - Elaborar e aprovar seu regimento interno;
- XV - Publicar no órgão Oficial de divulgação do Município suas resoluções administrativas, bem como as contas do Fundo Municipal de assistência Social e os respectivos pareceres emitidos.

### SEÇÃO III

#### DA ESTRUTURA E FUNCIONAMENTO

**Artigo 14** - O Conselho Municipal de Assistência Social possuirá a seguinte estrutura:

- I - Secretariado Executivo, composto por Presidente, Vice-Presidente, 1º secretário, 2º Secretário;
- II - Comissões paritárias de assuntos específicos, constituídas por resolução do Plenário;
- III - Plenário.

**Artigo 15** - O Conselho Municipal de Assistência Social será presidido pelo titular do órgão público responsável pela coordenação da política municipal de assistência social e secretariado por um dos conselheiros representantes da sociedade civil, escolhido dentre seus pares.

**Artigo 16** - As reuniões do Conselho Municipal de Assistência Social somente poderão ser realizadas com a presença mínima de 3/4 dos seus membros, em primeira convocação, ou com número a ser definido em seu Regimento Interno, em segunda e terceira convocações.

**Artigo 17** - O Conselho Municipal de Assistência Social instituirá seus atos, através de resoluções aprovadas pela maioria de seus membros.

**Artigo 18** - Cada membro do Conselho Municipal de Assistência Social terá direito a um único voto na sessão plenária.

**Artigo 19** - Todas as sessões do Conselho Municipal de Assistência serão públicas e precedidas de ampla divulgação.

**Parágrafo Único** - As resoluções do Conselho Municipal de Assistência Social, bem como os temas tratados em plenário de diretoria e comissões, serão objeto de ampla e sistemática divulgação.

**Artigo 20** - O Conselho Municipal de Assistência Social reunir-se-á ordinariamente a cada mês e, extraordinariamente, sempre que convocado por seu Presidente ou por maioria de seus membros.

**Artigo 21** - O regimento interno do Conselho Municipal de Assistência Social, a ser elaborado pela diretoria nos primeiros 30 (trinta) dias de sua posse, fixará os prazos legais de convocação e fixação de pauta das sessões ordinárias e extraordinárias do Plenário, além dos demais dispositivos referentes às atribuições do Secretariado Executivo, das Comissões e do Plenário e de cada um de seus membros.

**Artigo 22** - O Executivo Municipal prestará o apoio administrativo necessário ao funcionamento do Conselho Municipal de Assistência Social, através de seus recursos humanos, materiais, financeiros e estrutura física para o funcionamento regular do Conselho.

**Artigo 23** - Para melhor desempenho de suas funções, o Conselho Municipal de Assistência Social poderá recorrer a pessoas e instituições, mediante os seguintes critérios:

- I - Consideram-se colaboradores do Conselho Municipal de Assistência Social e as entidades representativas de profissionais e usuários dos serviços de assistência social, sem embargo de sua condição e membro;
- II - Poderão ser convidadas pessoas ou instituições de notória especialização para assessorar o Conselho Municipal de Assistência Social em assuntos específicos.

#### SEÇÃO IV

##### DO MANDATO DE CONSELHEIRO

**Artigo 24** - Os membros efetivos e suplentes do Conselho Municipal de Assistência Social serão nomeados por ato do Prefeito Municipal, conforme critérios instituídos nos artigos 11 e 12 desta Lei, para mandato de 02 (dois) anos, permitida uma recondução.

**Artigo 25** - O exercício da função de Conselheiro é considerado serviço público relevante e não será remunerado, sendo seu exercício prioritário e justificadas as ausências a quaisquer outros serviços quando determinado seu comparecimento a sessões do conselho ou participação em diligências autorizadas por este.

**Parágrafo Único** - O pagamento de despesas com transporte, estadia e alimentação terá caráter de ressarcimento.

**Artigo 26** - Os membros do Conselho Municipal de Assistência Social poderão ser substituídos, mediante solicitação da instituição ou autoridade pública à qual estejam vinculados, apresentada ao Conselho Municipal de assistência social, o qual fará comunicação do ato ao Prefeito Municipal.

**Parágrafo único** - Os membros representantes do Poder Executivo Municipal são demissíveis "ad nutum", por ato do Prefeito Municipal.

**Artigo 27** - Perderá o mandato, o Conselheiro que:

- I - Desvincular-se do órgão de origem da sua representação;
- II - Faltar a 03 (três) reuniões consecutivas, ou 05 (cinco) intercaladas, sem justificativa, que deverá ser apresentada na forma prevista no Regimento Interno do Conselho.
- III - Apresentar renúncia ao Plenário do conselho, que será lida na sessão seguinte à de sua recepção pela Secretaria do Conselho;
- IV - Apresentar procedimento incompatível com a dignidade das funções;
- V - For condenado por sentença irrecorrível, por crime ou contravenção penal.

**Parágrafo Único** - A substituição se dará por deliberação da maioria dos componentes do Conselho, em procedimento iniciado mediante provocação de integrante do Conselho Municipal do Ministério Público ou de qualquer cidadão, assegurada ampla defesa.

**Artigo 28** - Nos casos de renúncia, impedimento ou falta, os membros efetivos do Conselho Municipal de Assistência Social serão substituídos pelos suplentes, automaticamente, podendo estes exercer os mesmos direitos e deveres dos efetivos.

**Artigo 29** - As entidades ou organizações representadas pelos conselheiros faltosos deverão ser comunicadas a partir da segunda falta consecutiva, ou quarta intercalada, através de correspondência do Secretariado Executivo do Conselho Municipal de Assistência Social.

**Artigo 30** - Perderá o mandato, a instituição que:

- I - extinguir sua base territorial de atuação no Município de Quatro Pontes;



II - tiver constatado em seu funcionamento irregularidade de acentuada gravidade, que torne incompatível sua representação no Conselho Municipal;

III - sofrer penalidade administrativa reconhecidamente grave.

**Parágrafo Único** - A substituição se dará por deliberação da maioria dos componentes do Conselho em procedimento iniciado mediante provocação de integrante do Conselho Municipal, do Ministério Público ou de qualquer cidadão, assegurada ampla defesa.

#### CAPITULO IV

##### DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

**Artigo 31** - Fica criado o Fundo Municipal de Assistência Social - FMAS de duração indeterminada e natureza contábil, que será gerido sob a orientação e controle do Conselho Municipal de Assistência Social, vinculado ao órgão da Administração Pública responsável pela coordenação da Política Municipal de Assistência Social.

**Artigo 32** - As receitas componentes do Fundo Municipal de Assistência Social serão provenientes de:

- I - Repasse dos Conselhos Nacional e Estadual de Assistência Social;
- II - Transferências do Município;
- III - Receitas resultantes de doações da iniciativa privada, pessoas físicas ou jurídicas;
- IV - Rendimentos eventuais, inclusive de aplicações financeiras dos recursos disponíveis;
- V - Transferências do Exterior;
- VI - Dotações orçamentarias da União e dos Estados, consignadas especificamente para o atendimento ao disposto nesta Lei;
- VII - Receitas de acordos e convênios;
- VIII - Outras Receitas.
- IX - Recursos provenientes de concursos de prognósticos, sorteios e loterias de âmbito do Governo Estadual.

**Parágrafo 1º** - Os recursos de responsabilidade do Município, destinados a assistência social, serão repassados automaticamente ao FMAS a medida que se forem realizando as receitas.

**Parágrafo 2º** - Os recursos que compõem o fundo serão depositados em instituições financeiras oficiais, em conta especial sob a denominação - FMAS - Fundo Municipal de Assistência Social.

**Artigo 33** - Os recursos do FMAS serão utilizados mediante orçamento anualmente proposto pelo Conselho Municipal de Assistência Social, submetido à apreciação e aprovação do Chefe do Poder Executivo Municipal, para integrar o Orçamento Geral do Município, de acordo com a Constituição Federal.

**Parágrafo Único** - Os saldos financeiros do FMAS, constantes do balanço anual serão transferidos para o exercício seguinte.

**Artigo 34** - O Chefe do Poder Executivo, mediante decreto, estabelecerá as normas relativas à estruturação, organização e operacionalização do FMAS, ouvido o Conselho Municipal de Assistência Social.

**Artigo 35** - Para atender ao disposto nesta Lei, fica o Poder Executivo autorizado a abrir Crédito Adicional Especial no limite de suas disponibilidades, para execução de projetos a serem desenvolvidos na área a fim.

**Artigo 36** - Como recurso para a abertura do Crédito previsto nesta Lei, o Executivo utilizar-se-á do previsto no inciso III, parágrafo 1º, do artigo 43, da Lei Federal nº 4320/64.

**Artigo 37** - O crédito adicional especial autorizado será reaberto até o limite do seu saldo, para atendimento da despesa do exercício de 1995, na forma que dispõe o artigo 45, da Lei Federal 320/64 e parágrafo 2º, do artigo 167, da Constituição Federal.

**Artigo 38** - Fica o executivo autorizado a suplementar, por ato próprio, o crédito previsto nesta Lei, em até 25% (vinte e cinco por cento).

**Artigo 39** - A classificação da despesa será feita no ato que abrir o Crédito aludido nesta lei, na forma do artigo 46, da Lei Federal 4320/64.

**Artigo 40** - Para o exercício de 1996 e subsequentes, o Executivo providenciará a inclusão das despesas autorizadas por esta Lei nos Orçamentos Anuais do Município.

## CAPITULO V

### DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITORIAS

**Artigo 41** - Para a realização da 1ª Conferência Municipal de Assistência Social, será instituída pelo Poder Executivo Municipal, no prazo de 30 (trinta) dias da edição da presente Lei, comissão paritária responsável pela sua convocação e organização, mediante elaboração do Regimento Interno.

**Parágrafo Único** - Para a realização da primeira conferência, no silêncio do Conselho, decorridos 30 (trinta) dias, de sua instalação, entidades interessadas poderão convocá-la nas condições estabelecidas no parágrafo primeiro do art. 5º.

**Artigo 42** - O Executivo Municipal dará posse ao 1º Conselho Municipal de Assistência Social, após a realização da 1ª Conferência Municipal de Assistência Social, no prazo máximo de 30 dias.

**Artigo 43** - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Quatro Pontes, Estado do Paraná, em 18 de outubro de 1995.

  
Gilmar Ricardo Bender  
Diretor do Dep. de Adm.  
e Finanças.

  
ANTONIO RUDI LEOBET  
PREFEITO MUNICIPAL

confere com o original  
Em 18/10/95

☐ AFIXADO  
☒ PUBLICADO  
☐ MURAL DA PREFEITURA  
DE \_\_\_\_\_

☒ JORNAL Gazeta do Paraná  
N.º 1340 DE 24.10.95  
ANO III 29 33